

Práticas socioeducativas e garantia de direitos: pensando a (des)constituição do sujeito de direitos a partir da internação de adolescentes¹

Liana de Paula

Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo

Este *paper* tem por objetivo apresentar parte dos resultados preliminares da pesquisa *Práticas socioeducativas e garantia de direitos: a (des)constituição do sujeito de direitos a partir da internação de adolescentes em conflito com a lei*, iniciada em 2013 e com previsão de término em 2016. Esta pesquisa visa discutir as possíveis rupturas que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente tenha promovido nas práticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, com foco na constituição desses adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Para tanto, estão sendo analisadas as práticas de atendimento da internação, uma vez que essa produz grande volume de documentos oficiais e permite, por isso, o levantamento de dados para a comparação entre as práticas anteriores e posteriores ao Estatuto.

O sistema de justiça juvenil, criado para atender especificamente menores de 18 anos que se envolvam com atos considerados ilícitos, constituiu-se no Brasil a partir de 1927 e propunha a tutelarização estatal como resposta e tratamento da infração penal de adolescentes. A tutela desses adolescentes pelo Estado justificava-se, assim, pela possibilidade de sua reabilitação em instituições de internação.

¹ A produção deste *paper* contou com a colaboração de Laís Silva Vieira, bolsista de iniciação científica na pesquisa *Práticas socioeducativas e garantia de direitos: a (des)constituição do sujeito de direitos a partir da internação de adolescentes em conflito com a lei*, financiada pelo CNPq.

Em São Paulo, essa reabilitação significava, inicialmente, produzir nos adolescentes internados a disciplina necessária para o trabalho nas fazendas e manufaturas. As instituições criadas na primeira metade do século XX para esse fim foram idealizadas para implementar técnicas modernas que assegurassem a corporificação dessa disciplina, tais como a ginástica e a instrução militar. Embora os castigos físicos fossem expressamente proibidos, estabeleceram-se como prática comum nessas instituições (Paula, 2011; Santos, 1999).

Durante o regime ditatorial, nos anos 1960 e 1970, o sistema de justiça juvenil passou por reformas que buscavam promover novos arranjos organizacionais e afirmar a importância da equipe técnica no processo de reabilitação. Em termos organizacionais, as reformas estiveram relacionadas à política social implantada na ditadura, que visava ampliar a presença estatal em todos os níveis. Assim, foi criada, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, responsável pela elaboração de uma política nacional a ser implementada, no nível estadual, pelas Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor – Febem (Alvim e Valladares, 1988). As reformas organizacionais, que levaram à criação dessas fundações, mantiveram e acentuaram o processo de tutelarização, ampliando o número de adolescentes internados.

A Febem de São Paulo foi criada em 1976, com os objetivos de implementar as diretrizes da política nacional e promover a integração social de crianças e adolescentes por meio de “programas e providências que objetivem prevenir sua marginalização e corrigir as causas do desajustamento” (Decreto Estadual 8.777, de 13/10/1976). Para prevenir e corrigir o desajustamento, a tutela por meio da internação era amplamente adotada, de modo que foram construídas várias unidades de internação na cidade de São Paulo para abrigar a população sempre crescente de adolescentes envolvidos em atos ilícitos. Surgiram, então, os complexos, como o Quadrilátero do Tatuapé e o Complexo Imigrantes, que eram,

na verdade, grandes aglomerações de unidades de internação abarrotadas de adolescentes.

Quanto ao lugar ocupado pela equipe técnica na reabilitação, as reformas ocorridas em São Paulo nos anos 1970 não promoveram-na a ponto de eliminar o recurso a castigos físicos, impostos pelos funcionários responsáveis pela segurança das unidades de internação como condição necessária para a manutenção da ordem. Herdadas da cultura institucional anterior à Febem/SP e justificadas pela necessidade de manter a ordem e a segurança face ao excesso populacional das unidades, as práticas de castigos físicos dificultavam a realização do objetivo de reabilitação das condutas durante o encarceramento nas unidades da Febem/SP. Fosse pela falta de profissionais da área técnica ou pelo excesso de demanda, as práticas de reabilitação eram atropeladas pelas necessidades imediatas de segurança e contenção, de modo que a necessidade de manutenção da própria Febem/SP enquanto instituição sobrepujava os objetivos para os quais ela tinha sido criada

Nos anos 1990, o processo de redemocratização no Brasil levou a uma nova reforma no sistema de justiça juvenil. Buscando romper radicalmente com a tutelarização e alinhar-se com a agenda democrática de promoção da cidadania e garantia de direitos, a nova reforma propunha, por um lado, a diversificação das práticas de atendimento, favorecendo o recurso a práticas não custodiais, tais como a liberdade assistida. Por outro lado, propunha uma profunda mudança nas práticas de internação, dentre elas a definitiva eliminação dos castigos físicos e o redirecionamento das técnicas para promover a cidadania dos adolescentes atendidos.

Nesta pesquisa, busco discutir se e em que medida as mudanças produzidas pela reforma dos anos 1990 permitem pensar na constituição dos adolescentes enquanto sujeitos de direitos, i.e., em uma cidadania que não se

define pela tutelarização do acesso a direitos e que circunscreve o corpo dos cidadãos, vedando o uso dos castigos físicos.

Para tanto, proponho discutir, em primeiro lugar, a atualidade do conceito de *cidadania regulada*, desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos (1994), para problematizar o tema da promoção da cidadania de adolescentes em situação de internação. Segundo Santos (1994), a *cidadania regulada* é um conceito chave para entender a política econômica e social entre os anos 1930 e 1980, uma vez que permite compreender como se operavam as desigualdades entre quem estava dentro do registro da cidadania e quem estava fora desse registro. Nesse sentido, Santos chama a atenção para o fato de que a *cidadania regulada* implicava um *status* de cidadania que não era universal, mas dependente do *status* ocupacional. Assim, a carteira de trabalho assinada era o documento que regulava o acesso aos direitos de cidadania.

Se a cidadania se definia pelo *status* ocupacional, crianças e adolescentes estavam automaticamente fora desse registro, uma vez que a legislação produzida a partir dos anos 1920 e 1930 tendia a restringir o uso da força de trabalho infanto-juvenil. Para crianças e adolescentes, o registro que se colocava então era o da tutela estatal, definido nos Códigos de Menores de 1927 e 1979 (Alvarez, 1989; Paula, 2011).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a cidadania deixa de ser regulada pela ocupação de posto formal no mercado de trabalho e ganha *status* universal, o que inclui crianças e adolescentes. Contudo, como aponta James Holston (2013), a universalização do *status* da cidadania não implica, necessariamente, a anulação de operações e registros de produção de desigualdades no acesso à cidadania. Pensando especificamente no caso empírico dos adolescentes internados em instituições públicas pelo cometimento de atos infracionais, busco identificar, na pesquisa, se e como as operações de produção

de desigualdades se rearticulam nos registros de cidadania propostos para esses adolescentes após a Constituição de 1988.

Para tanto, trabalho com dois pressupostos metodológicos. O primeiro é o de que essas operações podem ser observadas na forma como os diferentes direitos de cidadania se articulam.² Aqui, portanto, não se trata de pensar apenas em uma disjunção dos direitos de cidadania,³ mas de como essa disjunção permite articulações que produzem desigualdades e recoloca, enfim, o problema da regulação do *status* de cidadania. O segundo pressuposto é o de que as formas como os diferentes direitos de cidadania se articulam, produzindo desigualdades, podem ser observadas empiricamente nas práticas discursivas e não discursivas das instituições de internação de adolescentes. São esses os pressupostos que têm norteado minha análise das práticas institucionais (discursivas e não discursivas) da antiga Febem/SP, registradas nos documentos produzidos sobre os adolescentes internados.

Em segundo lugar, procuro relacionar os direitos civis de cidadania e a circunscrição dos corpos dos cidadãos, o que implica, como aponta Teresa Caldeira (2000), na não manipulação ou violação desses corpos por nenhuma autoridade. Nesse sentido, o tema da promoção da cidadania de adolescentes em situação de internação passa a ser lido a partir da vedação ao uso da dor nos corpos como forma de punição e submissão.

² A definição dos direitos de cidadania adotada nesta pesquisa tem como base a proposição de T. H. Marshall (1967), que estabelece a diferenciação entre os elementos civis, políticos e sociais desses direitos. Além disso, incorpora a crítica de José Murilo de Carvalho (2004), quanto à universalidade da ordem de evolução histórica desses direitos proposta por Marshall, e a possibilidade indicada por Teresa Caldeira (2000) de que esses direitos possam se desenvolver de forma disjuntiva.

³ Segundo Teresa Caldeira (2000), a cidadania brasileira pode ser considerada disjuntiva porque, embora os direitos sociais (e políticos) sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados. São aspectos civis dos direitos de cidadania aqueles que se referem à liberdade individual, ao direito de ir e vir, aos direitos de imprensa, pensamento e fé, ao direito de propriedade e de concluir contratos válidos e ao direito à justiça (Marshall, 1967).

Breve comentário metodológico sobre as fontes dos dados

Como indicado acima, as fontes de dados usadas nesta pesquisa são os documentos institucionais produzidos pela Febem/SP sobre os adolescentes internados. Esses documentos, juntados ao longo da permanência desses adolescentes nas unidades de internação e que contam a história de sua vida institucional, compõem dois conjuntos documentais: os prontuários e as pastas. O recorte temporal para estudo dos prontuários e pastas inicia em 1990, ano de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e termina em 2006, ano em que a denominação da Febem/SP é substituída por Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA.

A pesquisa atual é um desdobramento de outra, intitulada *Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé”* (São Paulo/ SP, 1990-2006) e realizada a partir de um termo de cooperação técnico-científica firmado entre a Fundação CASA e o Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP. A pesquisa foi coordenada por Marcos César Alvarez e realizada entre 2008 e 2010, com financiamento do CNPq. Na época, eu trabalhava da Fundação CASA e compus a equipe de pesquisa representando essa instituição.

No período em estudo de ambas as pesquisas (1990-2006), a Unidade de Atendimento Inicial – UAI, situada no Brás, era responsável pela criação e numeração do prontuário e da pasta de cada adolescente que entrasse em qualquer uma das unidades da Febem/SP. Juntadas as cópias dos documentos iniciais gerados pelo fato da internação, o prontuário era encaminhado ao Núcleo de Documentação do Adolescente – NDA e a pasta seguia com o adolescente para a unidade onde cumpriria sua medida.

Como identificado pela pesquisa anterior, pastas e prontuários apresentam muitas vezes documentos duplicados, porém cada conjunto documental tem suas especificidades. Nos prontuários, eram juntadas cópias de documentos como o boletim de ocorrência, partes do processo judicial, dados

sobre o adolescente coletados na Febem/SP, ofícios trocados entre essa e o poder judiciário, guia de transferência do adolescente para outra unidade de atendimento (internação provisória, internação ou semiliberdade), termo de entrega do adolescente, relatórios de acompanhamento do caso, entre outros, dependendo do tipo de medida cumprida. Nesse sentido, os prontuários contemplam a comunicação institucional entre Febem/SP e poder judiciário, constituindo um registro da prestação de contas sobre o período em que o adolescente esteve internado. Além disso, segundo o antigo chefe de seção do NDA, sua função era também de salvaguardar a instituição em caso de perda, extravio ou destruição da pasta.

Já as pastas, além da cópia da documentação dos prontuários, contêm registros das atividades realizadas no interior das unidades da Fundação, tais como os atendimentos feitos pelos técnicos (assistentes sociais e psicólogos). Nas pastas, portanto, há o registro mais detalhado do cotidiano institucional, com cartas, anotações, manuscritos e outros documentos cujas informações ora serviam de base para a produção de relatórios e ofícios encaminhados ao poder judiciário ora eram omitidas dessa comunicação institucional. Assim, a documentação específica das pastas torna-as importante fonte para o conhecimento das práticas efetivamente realizadas durante a medida de internação pelas unidades da Febem/SP.

Ao término do cumprimento da medida, as pastas dos adolescentes menores de 18 anos eram encaminhadas ao Núcleo de Atividades Complementares – NAC, no Brás. Toda vez que o mesmo adolescente fosse reencaminhado à Febem/SP, seu prontuário e sua pasta eram reativados para que novas informações fossem anexadas e a pasta voltava a acompanhar o adolescente na unidade onde fosse cumprir a nova medida. Quando o jovem fosse maior de 18 anos ao final do cumprimento da medida ou caso tivesse

falecido, a pasta era encaminhada ao NDA para arquivamento junto com o prontuário.⁴

Estabelecido o recorte temporal (1990 a 2006), a pesquisa anterior trabalhou com um universo de 106.759 prontuários, para o qual foi feita uma amostra probabilística de 1.581 prontuários.⁵ Foram eles que serviram de fonte para a coleta dos dados quantitativos, que utilizou dois tipos de formulário como instrumental de coleta.⁶

Durante a etapa quantitativa, os quatro pesquisadores envolvidos na coleta foram orientados a anotar no caderno de campo os casos que chamassem sua atenção e justificassem o que tinha chamado sua atenção. Feita essa primeira seleção, a equipe estabeleceu que, para a etapa qualitativa, seriam analisados dois casos para cada ano da pesquisa, totalizando 32 casos. Com base nessa orientação, os pesquisadores fizeram uma segunda seleção, fechando a listagem dos casos dessa etapa. A etapa qualitativa incluiu as pastas como fonte e trabalhou com dois instrumentos (um resumo analítico do caso e o formulário qualitativo propriamente dito).

Apesar dos esforços da equipe, a pesquisa anterior somente conseguiu coletar os dados qualitativos de 14 casos. E a proposta da pesquisa atual é justamente concluir a coleta dos dados qualitativos dos casos já selecionados e fazer sua análise. Para tanto, duas atividades de campo estão sendo desenvolvidas concomitantemente. A primeira é a revisão dos dados coletados

⁴ Atualmente, prontuários e pastas produzidos a partir de 1990 seguem arquivados no NDA, vinculado ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação CASA. A documentação mais antiga, que remonta aos anos 1930, está sob a guarda do Arquivo Público do Estado.

⁵ Os prontuários foram tomados como unidade de análise por ser um adolescente para cada prontuário. Cabe ressaltar que a numeração da pasta coincide com a do prontuário.

⁶ Tendo em vista que a unidade de análise da pesquisa era o prontuário do adolescente, a equipe optou por utilizar dois tipos de formulário quantitativo para contemplar os dados das diferentes entradas do adolescente na Febem/SP. O primeiro tipo (chamado versão completa por conter maior número de dados a serem coletados) foi preenchido para a primeira e a última entrada; o segundo, para as eventuais entradas intermediárias.

nos 14 formulários e resumos já feitos e a segunda é o preenchimento dos formulários e resumos dos 18 casos restantes.

Neste *paper*, apresento alguns dos resultados preliminares, obtidos a partir dos 14 casos em revisão. A primeira leitura analítica desses casos procurou focar o problema da circunscrição dos corpos individuais, isto é, procurou identificar o que os registros documentais permitem dizer sobre as interdições, restrições e permissões à manipulação dos corpos dos adolescentes internados. Nesse sentido, a manipulação dos corpos, que revela sua incircunscrição (Caldeira, 2000), pode traduzir-se em diferentes práticas institucionais discursivas e não discursivas sobre o corpo.

Dito de outro modo, a manipulação dos corpos pelas práticas institucionais discursivas e não discursivas pode remeter a diferentes temáticas relativas ao corpo institucionalizado, das quais os resultados preliminares destacam duas. A primeira é a temática da sexualização ou interdição da sexualização dos corpos dos adolescentes, operacionalizada em práticas relativas à violência sexual e também em práticas de proibição e permissão de relações sexuais consentidas, e que podem envolver adolescentes internados, funcionários e visitantes (no caso da visita íntima). A segunda é a temática da punição dos corpos, operacionalizada nos castigos físicos que podem ser impingidos pelos funcionários ou por outros adolescentes. E é essa segunda temática que será abordada neste *paper*.

Como as fontes trabalhadas são registros institucionais, busquei observar como os castigos físicos podem aparecer nesses registros. Segui as pistas dos registros de atendimentos médicos, buscando localizar queixas e ferimentos, e também de atendimentos técnicos de assistentes sociais e psicólogos. Busquei observar também os registros das situações de conflito deflagrado (tratados, no léxico institucional, como tumultos e rebeliões) e as práticas institucionais adotadas após essas situações quanto aos corpos dos adolescentes (por exemplo,

se houve requisição exame de corpo de delito, atendimento médico em período posterior que registrasse algum tipo de queixa do adolescente, ou denúncia de maus tratos e tortura). São pistas que eu julgava quase inexistentes nos registros institucionais, mas que, ainda assim, estão lá.

Partindo da proposta de Michel Foucault (2002) de olhar as limitações das práticas discursivas como positividades, ou seja, como regras que estabelecem o conjunto de objetos, enunciações e conceitos sobre os quais se pode falar, é possível identificar nas práticas discursivas da Febem/SP o que ela se permitia efetivamente dizer sobre a violência física em suas unidades. Assim, os resultados preliminares da pesquisa indicam que as regras discursivas que regulavam a produção dos prontuários – portanto, o que poderia ser dito ao poder judiciário – limitavam as práticas discursivas a tratar a violência física como aquela que ocorria entre adolescentes, traduzida na linguagem institucional como ocorrência disciplinar. Dos 14 casos em revisão, metade apresenta registros dessas ocorrências.

Já as práticas discursivas que falam sobre a violência física impingida pelos funcionários são mais reguladas e, portanto, mais restritas. São poucos os registros documentais desse tipo de violência institucional, mas eles também existem e apareceram nos resultados preliminares na forma de denúncias ao Ministério Público – MP e de atendimentos médicos e também técnicos.⁷ Nesse ponto, as pastas constituem uma fonte com maior número de dados, pois o envio de uma denúncia ao MP, registrado no prontuário, aparece na pasta junto aos relatos de saúde e da área técnica.

Dos sete casos analisados em que há ocorrências disciplinares, dois também contêm documentos relativos à violência institucional de funcionários.

⁷ Nos casos analisados, não foi encontrado nenhum registro de denúncias de violência física que tivessem sido remetidas à Corregedoria da Febem/SP, embora esse órgão de controle interno existisse pelo menos desde o início dos anos 2000.

Abordarei, a seguir, o caso de um desses adolescentes, que chamarei de Mauro. O caso de Mauro é extremo em termos de violência física institucional, sendo justamente as ocorrências disciplinares (fugas, participação em rebeliões, agressões a outros internados) que o caracterizam.

O caso foi selecionado por uma das pesquisadoras da pesquisa anterior devido a uma crítica feita pelo poder judiciário a um dos relatórios produzidos pela Febem/SP. Mauro acumulou um extenso histórico de ocorrências disciplinares em sua vida institucional, sendo, inclusive, constantemente transferido de unidade. Em um dado momento, e logo após mais uma ocorrência disciplinar lavrada em Boletim de Ocorrência – BO, os técnicos da Febem/SP produziram um relatório conclusivo (nome dado ao relatório que solicita ao juiz o encerramento da medida) e o enviaram ao poder judiciário. No relatório, os técnicos afirmaram que Mauro necessitava de acompanhamento para integrar-se ao convívio social, que possuía alguns sérios desvios de conduta infracionária e que fazia um acompanhamento para controle da agressividade e imprevisibilidade antes da rebelião (ocorrência registrada no BO). Porém, os técnicos concluíram o relatório sugerindo a extinção da medida por entenderem que o acompanhamento de Mauro poderia ser feito fora da instituição. Em ofício, o juiz respondeu que o relatório era imprestável, exceto para se entrar com uma ação de indenização contra o Estado, e determinou a continuidade da medida de internação até que o jovem estivesse apto a ser colocado em outra medida.

Os conjuntos documentais que compõem o caso de Mauro são o prontuário e a pasta, sendo que ao final desta foram apensadas outras duas pastas. A primeira é a pasta médica, conjunto documental que apareceu também em outros casos analisados na pesquisa e que reúne alguns documentos de saúde (dentre eles, carteira de vacinação, quadro de saúde, ficha de evolução médica, folha de prescrição médica e guia de encaminhamento para exame). A segunda é uma pasta que não foi encontrada em outros casos analisados e que reúne

cópias de documentos produzidos pela Polícia Civil (ofícios trocados com a Febem/SP, requisição exame de corpo de delito, qualificação do indiciado, boletim de identificação criminal e *modus operandi*, informações sobre vida pregressa do indiciado, nota de culpa). Essa segunda pasta foi chamada, pela pesquisa anterior, de pasta policial.

A trajetória de Mauro: uma biografia institucional

Mauro nasceu no interior de São Paulo em dezembro de 1981, no início da década marcada pela transição democrática e pela crescente visibilidade dos movimentos sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Resultando da mobilização desses movimentos em torno dos trabalhos da Assembleia Constituinte, foi elaborado o artigo 227 da Constituição de 1988, no qual passaram a ser assegurados direitos de cidadania a crianças e adolescentes.⁸ Esse artigo foi regulamentado em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A primeira vez que Mauro entrou no circuito institucional da Febem /SP foi em 14 de julho de 1999, nove anos após a promulgação do Estatuto e cinco meses antes de Mauro completar 18 anos. A Febem passava por um período de crise, com várias fugas e rebeliões, além de diversas denúncias de tortura e maus-tratos, registradas, por exemplo, no relatório *Brasil: Desperdício de vidas*, produzido pela Anistia Internacional (2000).

Para os defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes, a Febem pouco se alterara desde a promulgação do Estatuto e mantinha a execução do

⁸ Em 2010, a Emenda Constitucional nº 65 alterou a redação do artigo 227 para incluir os jovens, ficando a redação como segue: *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão* (Artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, com nova redação da Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

atendimento a adolescentes privados de liberdade em unidades superlotadas, concentradas em grandes complexos na capital do Estado. Em 1999, estavam ativos os complexos Brás, Imigrantes, Tatuapé e Raposo Tavares, todos na cidade de São Paulo, e Franco da Rocha, na Região Metropolitana de São Paulo. A Febem tampouco superara o déficit de funcionários, especialmente das áreas técnica e pedagógica, além de não oferecer capacitação aos funcionários para o trabalho com adolescentes em situação de internação.

Foi ainda em 1999, mais precisamente entre os dias 23 e 25 de outubro, que ocorreu uma das maiores rebeliões da instituição, que destruiu o complexo Imigrantes e deixou quatro adolescentes mortos e várias pessoas feridas, entre adolescentes e funcionários. Conforme o relatório da Anistia Internacional,

(...) a rebelião atingiu a totalidade do complexo no dia 24 de outubro. Dezoito horas mais tarde, havia quatro adolescentes mortos, 58 pessoas feridas, inclusive 29 funcionários da Febem, dezenas de adolescentes haviam escapado e o complexo de Imigrantes fora completamente destruído. Durante a rebelião, cerca de 16 monitores foram tomados como reféns e espancados. Vários internos também foram torturados pelos companheiros e quatro foram mortos, massacrados com tal brutalidade que causou choque mesmo entre aqueles que há anos trabalham no sistema. Os brasileiros ficaram horrorizados com as imagens de adolescentes com a camiseta enrolada na cabeça para esconder o rosto, completamente descontrolados, submetendo monitores e companheiros a maus-tratos e tortura ante as câmeras de televisão. As tropas de choque da Polícia Militar dispararam balas de borracha contra os pais ansiosos que aguardavam notícias do lado de fora dos portões do complexo (Anistia Internacional, 2000, p. 12).

Foi nesse contexto de alta instabilidade institucional que Mauro tornou-se um adolescente internado, sendo sua biografia institucional um retrato das tensões geradas pelo modelo Febem/SP. Depois da desativação do complexo Imigrantes, logo após a rebelião, diferentes propostas de reforma institucional passaram a ser implantadas. Uma delas foi a desativação dos complexos, que levou ao fechamento do complexo do Tatuapé, em 2006. Não obstante, mantiveram-se até os dias atuais os complexos do Brás e de Franco da Rocha e

Raposo Tavares, esses últimos complexos bem menores que os anteriores.⁹ Outras ações implementadas após a crise de 1999 foram a construção de unidades menores, para aproximadamente 56 adolescentes; a interiorização dessas unidades; e a adoção do modelo arquitetônico de unidade verticalizada.¹⁰

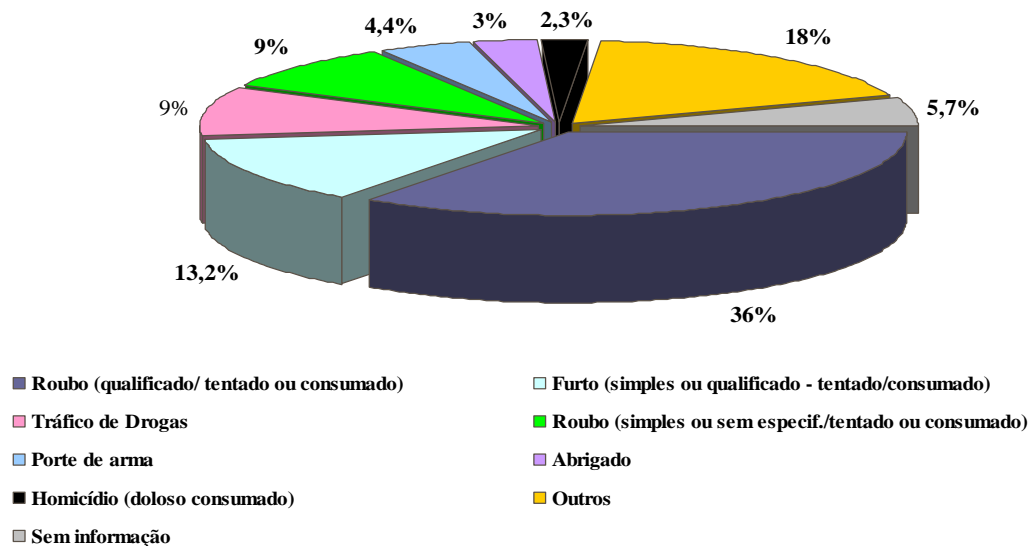
A primeira entrada de Mauro no circuito institucional da Febem/SP foi tardia se comparada ao perfil médio dos adolescentes atendidos no período de 1990 a 2006, que tenderam a ter sua primeira entrada entre 14 e 16 anos, enquanto Mauro estava prestes a completar 18 anos. O motivo da entrada de Mauro foi o cometimento de ato infracional análogo a roubo qualificado¹¹, que era o principal motivo de entrada dos adolescentes atendidos no período em estudo, conforme dados da pesquisa quantitativa no mesmo material apresentados no gráfico abaixo.

⁹ Enquanto o complexo do Tatuapé chegou a ter 18 unidades ativas ao mesmo tempo, totalizando aproximadamente 1.800 adolescentes atendidos (100 adolescentes por unidade), os complexos de Franco da Rocha e Raposo Tavares tinham, no início dos anos 2000, entre quatro e seis unidades ativas. O complexo do Brás, por sua vez, tinha oito unidades ativas (Ver Paula, 2004). Esses complexos que se mantiveram ativos não expandiram do início dos anos 2000 em diante, devido à construção de novas unidades no interior e na Região Metropolitana, o que aumentou a oferta geral de vagas em internação e diminuiu o fluxo de adolescentes para a capital.

¹⁰ O modelo de unidade verticalizada foi uma das ações para evitar rebeliões com “meninos no telhado”, como me foi explicado quando trabalhei na Fundação CASA, entre 2006 e 2011. O projeto T40 passou a ser o modelo das novas unidades que foram inauguradas a partir de 2006 e que organiza arquitetonicamente a unidade em três pavimentos, sendo o térreo destinado a atividades pedagógicas (escola e cursos de educação profissional), atendimento técnico e refeitório; o primeiro andar destinado aos dormitórios e o terceiro, à quadra poliesportiva. A área administrativa fica em outra construção, térrea, à frente da unidade.

¹¹ Na cópia da sentença judicial, que está no prontuário e na pasta de Mauro, há a informação de que o roubo fora realizado por Mauro e outros dois adolescentes com uma arma de brinquedo. Eles roubaram duas residências com essa arma e fugiram de bicicleta.

Gráfico 1: Motivo de entrada na Febem/SP (internação provisória e internação) em porcentagem (1990-2006)



Fonte: Pesquisa *Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé”* (São Paulo/ SP, 1990-2006) – Fundação CASA e NEV/USP, 2010.

Mauro permaneceu no circuito institucional por aproximadamente um ano e meio, tendo passado nesse período por diferentes unidades e complexos em diferentes regiões da cidade de São Paulo: complexo Imigrantes, situado na Rodovia dos Imigrantes, na zona sul da cidade; Cadeia de Pinheiros, situado na Marginal Pinheiros, na zona oeste; complexo Tatuapé, situado na Avenida Celso Garcia, na zona leste; e complexo de Franco da Rocha, situado no município de Franco da Rocha, na Região Metropolitana de São Paulo.

Quando concluiu a medida de internação, em janeiro de 2001, Mauro recebeu outra medida socioeducativa (de liberdade assistida), como uma espécie de progressão de regime. Nesse ponto, o desfecho do seu caso foi também como o de muitos outros analisados na pesquisa quantitativa, uma vez que 78% dos adolescentes que concluíram a medida de internação receberam outra medida, em caráter de progressão. Esse dado indica que a progressão era bastante adotada pelos juízes das varas da infância e adolescência entre 1990 e 2006,

embora não haja uma previsão legal sobre ela no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao sair da medida de internação e entrar em liberdade assistida, a documentação institucional de Mauro encerra, sem fazer referências ao que poderia ter acontecido com ele. O que a documentação informa é que Mauro foi entregue à sua mãe (que assinou o termo de entrega sob responsabilidade) e deveria aguardar em casa a convocação para comparecer ao posto de liberdade assistida de Araraquara.

Entender o caso de Mauro como uma biografia institucional é entender a documentação institucional como uma fonte que permite traçar biografias limitadas pelas regras discursivas da instituição. Nesse sentido, a biografia institucional de Mauro – escrita principalmente nos atendimentos e relatórios técnicos – indica que ele era, e só poderia ser, aquele tipo de indivíduo para o qual a instituição se destinava. Tendo como ponto de partida o ato infracional como um desvio às normas legais, a construção da biografia institucional põe em jogo práticas discursivas que deslocam o desvio do ato para o indivíduo e fazem surgir o indivíduo desviante, cuja biografia é, e só pode ser, uma biografia desviante.

Essa operação discursiva, cujo resultado confere legitimidade à punição e às práticas de correção dos desvios, está presente não somente nos registros da Febem/SP, mas também nos registros de outras instituições judiciais e prisionais modernas. Como observou Jacques Donzelot, em relação ao caso francês:

No momento da Páscoa de 1976, um obscuro detento de uma prisão de província morreu em consequência de uma longa greve de fome que ele fez porque, em seu prontuário judicial só se registrara suas falhas, seus desvios da norma, sua infância infeliz, sua instabilidade conjugal, e não suas tentativas, suas buscas, o encadeamento aleatório de sua vida. Foi, ao que parece, a primeira vez que uma greve de fome resultou em morte numa prisão; a primeira vez, também, que foi feita por motivo tão extravagante. (Donzelot, 1986, p. 209).

No caso de Mauro, parte de sua biografia desviante é construída em seu primeiro relatório de acompanhamento. Neste, consta que Mauro era primário na Febem/SP, tendo sido internado por roubo qualificado, mas que tinha cometido outros atos infracionais, registrados na Comarca de Araraquara.¹² Em seguida, o relatório fala de sua vida familiar, informando ser ele filho de pais separados e que residia em Araraquara com sua mãe, o padrasto, a irmã e uma sobrinha ainda bebê. Da vida familiar, são também destacados o alcoolismo do pai, a situação precária de emprego do padrasto (autônomo) e da irmã (desempregada), a figura de autoridade exercida pelo padrasto e a existência de um irmão mais velho que morava em uma pensão em São Paulo. O relatório detém-se, enfim, no ponto de inflexão para o desvio: Mauro tornou-se usuário de drogas – maconha e cocaína – aos 12 anos, o que o levou a abandonar a escola e cometer infrações para sustentar o vício. O roubo que determinou sua internação havia sido motivado por uma dívida de drogas a ser paga.

Diferentemente de outros prontuários e pastas, que apresentam maior número de relatórios de acompanhamento, o caso de Mauro conta apenas com esse primeiro. Os outros dois relatórios são conclusivos, isto é, encaminham ao poder judiciário o pedido de encerramento da medida. O primeiro relatório conclusivo já foi tratado aqui e foi rechaçado pelo poder judiciário porque pedia o encerramento da internação, apesar de enfatizar o comportamento agressivo de Mauro.

O último relatório conclusivo mostra, por sua vez, o sucesso institucional em fazer Mauro rever sua biografia desviante. Nele, há os pareceres do assistente social, do psicólogo e dos funcionários das áreas pedagógica e de segurança que afirmam o bom comportamento de Mauro na unidade, seu amadurecimento, sua capacidade de refletir sobre os atos infracionais cometidos e sua boa relação com

¹² Dentre os documentos judiciais que constam nas primeiras páginas do prontuário de Mauro, há uma cópia da certidão do cartório judicial que informa sobre outros três processos, dois por tráfico de entorpecentes e um por estelionato.

funcionários e outros internos. É uma biografia finalmente institucionalizada: apesar das várias ocorrências disciplinares em que Mauro esteve envolvido entre agosto de 1999 e setembro de 2000 (foram lavrados nove Boletins de Ocorrência na Polícia Civil), ele aparece no último relatório, datado de dezembro de 2000, como um rapaz que participava de todas as atividades oferecidas pela unidade, era colaborativo com os funcionários e buscava auxiliar outros adolescentes.

Os funcionários desta unidade, tanto do setor pedagógico como das alas, referem-se sobre o rapaz como colaborador, cumpridor das normas e regras de convivência, sem deméritos ou desabonos. Apresenta bom aproveitamento e comportamento em todas atividades esportivas, recreativas e artesanais.

Diante do acima exposto, percebe-se que o rapaz interno vem refletindo sobre si, apresentando acentuado crescimento pessoal e reestruturação de seus valores. Acreditamos que possa gozar de progressão de medida sócio-educativa para Liberdade Assistida. (Trecho do parecer psicológico do Relatório Conclusivo de 22/12/2000, pasta de Mauro).

O primeiro e o último relatório apresentam uma biografia tal como a instituição se permite conta-la e que legitima sua existência como lugar de correção de desvios juvenis. Enquanto o primeiro coloca o trabalho a ser feito como de reflexão e responsabilização dos atos por parte de Mauro, o último fala de sua colaboração e participação. Assim, partindo de um adolescente que apresenta uma conduta desviante, relacionada à vida familiar ou às drogas, a intervenção da instituição consegue produzir um jovem colaborativo e obediente às regras. Nesse sentido, o discurso institucional desses relatórios acentua a obtenção da docilidade do corpo e da alma do internado como resultado das práticas discursivas e não discursivas que incidiram somente sobre sua alma.

Porém, os relatórios silenciam sobre outras práticas, discursivas e não discursivas, que incidiram sobre o corpo de Mauro. Essas práticas aparecem superficialmente no segundo relatório conclusivo, que remete ao acompanhamento para controle da agressividade e impulsividade de Mauro, mas estão mais pormenorizadamente registradas nos atendimentos técnicos, nos

atendimentos de saúde e nos ofícios e cópias boletins de ocorrência encaminhados ao poder judiciário. São esses os registros que falam sobre as práticas de castigos físicos e agressões que também operaram na obtenção da docilidade de Mauro.

A cronologia do caso e a circularidade da violência

Apresento, por fim, uma cronologia do caso de Mauro com foco na violência física e nas formas como ela aparece nos documentos institucionais. Como dito anteriormente, a entrada de Mauro no circuito institucional ocorreu em 14 de julho de 1999, sendo ele direcionado a uma unidade de atendimento de internação provisória. Seu processo é da Comarca de Araraquara, no interior do estado, e informa que Mauro estava custodiado em uma delegacia desde 23 de junho.

Há poucos documentos sobre sua chegada à Febem/SP da capital. Em outros casos analisados, após a documentação inicial, que fundamenta e dá amparo legal à internação, segue a troca de ofícios entre Febem/SP e poder judiciário, que trata do acompanhamento da medida. Esses ofícios referem-se a pedidos de transferência ou informes de transferência de unidade e pedidos e encaminhamentos de relatórios de acompanhamento. O prontuário de Mauro, contudo, tem como sequência aos documentos iniciais o encaminhamento do primeiro Boletim de Ocorrência.

Em 29 de agosto, aproximadamente um mês e meio após a entrada de Mauro, o diretor da Unidade de Atendimento Provisório – UAP, do complexo Imigrantes, encaminhou um ofício ao juiz do Departamento de Execuções da Vara da Infância e da Juventude – DEIJ, informando do envolvimento dele em uma ocorrência disciplinar e anexando a cópia do BO. Depois de uma briga entre adolescentes, na qual um grupo maior agrediu um grupo menor e mais isolado,

outros adolescentes quebraram materiais (bancos, mesas e cadeiras) para a produção de armas e avançaram sobre os funcionários, conseguindo abrir os portões. 32 adolescentes fugiram. No prontuário de Mauro, há a guia de exame de corpo de delito, mas não ficou claro se ele estava no grupo de adolescentes que agrediu ou que foi agredido.

Quase um mês depois, em 22 de setembro, novo ofício da UAP informa ao DEIJ que Mauro fugiu, antes de ser transferido para unidade de internação, conforme previsto em sua sentença (proferida em 02 de agosto em Araraquara e entregue à Febem/SP em 08 de setembro). Houve um tumulto na UAP no Complexo Imigrantes em 19 de setembro, resultando na fuga de 130 adolescentes, Mauro entre eles. O segundo BO acompanha o ofício.

Em 28 de setembro, um ofício do poder judiciário de Araraquara informa ao juiz corregedor da recaptura de Mauro, devido ao cometimento de novo ato infracional na região, e solicita sua transferência para a Febem/SP, na capital, para cumprimento da medida de internação. No dia 08 de outubro, outro ofício do poder judiciário encaminha Mauro à Febem/SP. Essa, por sua vez, informa ao poder judiciário que Mauro deu entrada na Unidade de Atendimento Inicial – UAI em 08 de outubro, sendo transferido para uma UAP do Complexo Imigrantes no dia 11.

Há um vazio de dois meses nos registros da pasta e do prontuário de Mauro, entre outubro e dezembro de 1999. Esse período coincide com a rebelião no Complexo Imigrantes e seu rescaldo, quando os adolescentes desse complexo foram realocados em outras unidades, inclusive do sistema prisional, como foi o caso de Mauro.

Em 14 de dezembro, o ofício da Febem/SP informa ao juiz do DEIJ que Mauro foi transferido de uma UAP, que funcionava provisoriamente na Cadeia Pública de Pinheiros, para uma unidade educacional do Complexo do Tatuapé para cumprir a medida de internação. Na guia de encaminhamento, documento

interno da Febem, há nas observações a menção ao encaminhamento da pasta técnica e de um quadro médico. O quadro médico, datado de 6 de dezembro, registra uma contusão no nariz, ocorrida no final de novembro.

Em 27 de janeiro de 2000, a Febem/SP encaminhou o primeiro relatório, de acompanhamento, que foi produzido quatro meses após a recaptura de Mauro e sua passagem por três unidades e complexos diferentes (Imigrantes, Cadeia de Pinheiros e Tatuapé). O relatório, tratado anteriormente neste *paper*, não faz nenhuma menção ao quadro médico de Mauro. Porém, os atendimentos técnicos desse período informam das queixas dele e de sua família decorrentes não somente da fratura no nariz, ocorrida durante a estada na Cadeia de Pinheiros e não tratada, mas de outras violências físicas na unidade do Tatuapé. Por exemplo, em 21 de dezembro, uma guia interna solicitava atendimento de saúde a pedido da irmã de Mauro, que dizia que ele se queixava de dores no corpo. Outro encaminhamento, datado de 10 de janeiro, solicitava ao setor de saúde da Febem/SP atendimento odontológico e referente à queixa de Mauro de “nariz quebrado”.

Na mesma data, há um registro de atendimento técnico, no qual a assistente social informou a Mauro que ele estava tendo uma atitude provocativa em relação a um monitor da unidade e o orientou a evitar agir inconsequentemente e colocar-se como vítima. Em 13 de janeiro, há um novo atendimento técnico em decorrência de outra reclamação dos monitores quanto ao comportamento inadequado e provocativo de Mauro no pátio da unidade.

Em 22 de fevereiro, o registro de atendimento técnico informa que Mauro agrediu outros adolescentes no dia 20 e ficara dois dias no quarto de reflexão para “*medir as consequências de seus atos, refletir sobre seu envolvimento e não retomar o erro*” (registro de atendimento, 22/02/2000, pasta do caso Mauro). Também indica Mauro como os dos incitadores de um tumulto na unidade no mesmo dia.

Em 05 de março, aconteceu uma tentativa de fuga na unidade, que rendeu o terceiro BO a Mauro, por lesão corporal dolosa. Posteriormente, a equipe da unidade apurou os fatos e excluiu a participação de Mauro, comunicando essa retificação ao poder judiciário. Porém, no dia 14 do mesmo mês, foi lavrado o quarto BO, por porte de drogas. Mauro foi pego por um monitor preparando um cigarro de maconha no dormitório da unidade.

Ainda em março, os registros de atendimento informam sobre as tentativas da equipe técnica em conter as ocorrências indisciplinares de Mauro, tanto por meio de contatos feitos com sua mãe e seu irmão, quanto por meio da ameaça de transferi-lo para o Centro de Observação Criminológica – COC caso não começasse a ser mais colaborativo.

“(...) cientificamos novamente o processo pelo qual [Mauro] tem tendo desde sua entrada na unidade, como forma de apontar-lhe seus defeitos e poder corrigi-los.

O jovem se mostra muito resistente sempre com a mesma fala: ‘Tô sossegado, senhora!’ mas em suas atitudes não mostra tal comprometimento.

Refere que quer ser transferido para Ribeirão Preto, foi orientado de que o jovem não faz parte desse perfil para aquela unidade e que deve aguardar vaga quando a unidade de Araraquara for inaugurada.

Mostramos-lhe o quanto vem se auto-prejudicando sem refletir sobre o assunto e que se continuasse com tal procedimento poderia ser transferido para U.E.-26 ou COC o que só tem a prejudicá-lo.

[Mauro] saiu do atendimento esclarecido sobre as questões apontadas acima, mas deixa transparecer muita imaturidade ainda.” (Registro de atendimento, 24/03/2000, pasta do caso Mauro).

Em 13 de abril, um ofício da Febem/SP comunica ao poder judiciário que Mauro agrediu outros dois adolescentes no dia 10. Devido a essa ocorrência, Mauro foi transferido para outra unidade educacional, no complexo Tatuapé, a princípio como medida disciplinar por dez dias. Os registros de atendimento desse período informam que Mauro recusou-se a comer e solicitou atendimento médico, não somente por causa do nariz, mas também por dor e luxação na mão direita.

Em 14 de abril, ofício do poder judiciário solicita à Febem/SP o encaminhamento de Mauro ao Instituto Médico Legal para exame de corpo de delito e avaliação médica dos problemas respiratórios. No dia 24, Mauro foi levado ao serviço médico fora da Febem/SP, sendo encaminhado a um hospital público para ser atendido por um especialista (otorrinolaringologista). Em seu relatório, o médico constatou a existência de uma sequela de fratura nasal, com alteração na anatomia do nariz, mas sem gravidade. Após o atendimento médico, Mauro tentou fugir, sendo contido pelos monitores.

No dia 03 de maio, Mauro foi transferido de unidade mais uma vez, para Franco da Rocha. Quatro dias depois, foi lavrado o quinto BO envolvendo Mauro em uma rebelião, com agressão a adolescentes e funcionários e depredação da unidade. O fato foi informado pela Febem/SP ao DEIJ em ofício datado de 28 de maio. Outro ofício informa a transferência de Mauro para o COC, logo após essa rebelião, em 09 de maio. Porém, em 05 de julho, um novo tumulto e o sexto BO levaram Mauro a ser transferido para o 67º Distrito Policial. Foi nesse momento que o primeiro relatório conclusivo de Mauro foi produzido.

Em 02 de agosto, e tendo o pedido de encerramento da medida de internação indeferido pelo juiz, Mauro retornou ao complexo de Franco da Rocha. O sétimo BO, datado de 16 de agosto, registrou uma tentativa de fuga.

Em setembro, foram lavrados os dois últimos boletins de ocorrência, ambos referentes a brigas e agressões entre Mauro e outros adolescentes internados. Ainda em setembro, um ofício do poder judiciário determina a transferência de Mauro para uma unidade sem características prisionais. Porém, ele fica na mesma unidade de Franco da Rocha.

Um registro de atendimento do dia 20 de setembro informa a troca de equipe da unidade. No atendimento, dois psicólogos explicaram a Mauro sua situação processual e a demanda judicial de produção de um novo relatório em 90 dias. Os psicólogos também atendem seu pedido de contato com a mãe.

Os últimos registros de atendimento, que antecedem o último relatório conclusivo, ressaltam a calma de Mauro e sua expectativa em sair da internação e voltar a morar com a família em Araraquara. Também enfatizam as visitas mensais da mãe, possibilitadas com os recursos do posto de liberdade assistida da Febem/SP em Araraquara.

Enfim, os registros e demais documentos da pasta e do prontuário revelam a tensão entre as práticas institucionais e a postura desafiadora de Mauro, sua resistência “indisciplinada” ao longo de mais de um ano de internação. Para obter sua docilidade, a instituição empregou as mais variadas práticas discursivas e não discursivas que incidiram sobre seu corpo e sua alma (castigos físicos, reclusão em quarto de reflexão, ameaças, negligências em relação ao seu quadro de saúde). Contudo, a resistência dele foi vencida quando, finalmente, os técnicos sinalizaram que um relatório favorável poderia possibilitar a restituição de seu direito à liberdade.

Focando a violência física e as formas como ela é registrada nos documentos institucionais, o caso de Mauro permite observar a centralidade de seu corpo como locus de incidência de práticas discursivas e não discursivas de punição. Em diversos trechos do prontuário e da pasta, apresentados na cronologia acima, transparece a manipulação de seu corpo como lugar para afirmação da autoridade e obtenção da submissão, através da dor. Nesse sentido, o caso remete à noção de corpo incircunscrito, de Teresa Caldeira (2000), pois, por um lado, é um corpo que não tem barreiras claras de separação ou evitação, é permeável e aberto à intervenção; por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos civis.

Contudo, seu caso também indica que alguns de seus direitos civis e sociais foram garantidos em alguns momentos, sendo articulados constantemente pelas práticas discursivas e não discursivas. A questão a ser trabalhada, a partir daqui, é de como essas práticas articulam os diferentes

direitos de cidadania dos adolescentes internados, estabelecendo o que é permitido e proibido, dentro dos limites da ordem institucional e da garantia de direitos. A tradução das práticas institucionais em relação aos direitos que podem ser garantidos, os que não podem ou não devem, os direitos que podem ser suspensos apontam, enfim, que o jogo de garantir ou violar direitos não é somente uma negação ou disjunção de direitos, mas uma complexa operação de poder.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, M. C. *A emergência do Código de Menores de 1927*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Departamento de Sociologia – FFLCH/USP, 1989.
- ALVIN, M. R. B.; VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro: n. 26, 1988, pp. 03-37.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: desperdício de vidas*. [São Paulo]: Anistia Internacional, jul. 2000. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta3.2.htm#BRASIL>
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PAULA, L. *Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado). São Paulo, Departamento de Sociologia – FFLCH/USP, 2011.
- _____. *A família e as medidas socioeducativas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Departamento de Sociologia – FFLCH/USP, 2004.
- SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 210-30.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.